

O movimento de problematização da infância nas Américas: uma introdução aos “CONGRESOS PANAMERICANOS DEL NIÑO” (1916-1948)

Eduardo Silveira Netto Nunes*

Em fins do século XIX, e primeiras décadas do século XX, na América Latina as idéias de progresso, de evolução, de avanço civilizacional estavam em voga nos circuitos intelectuais, políticos e nos técnicos das diferentes ciências. A construção de sociedades e estados modernos, também eram palavras de ordem para esses personagens. Dentro disso, a infância recebeu uma forte e crescente atenção pois nela residiria a possibilidade de evolução e civilização dos povos. Vinculados a esse processo se procuraram criar espaços para a construção de projetos para o futuro recaindo sobre a infância uma atenção muito forte.

Saindo da dimensão de cada país e de seus movimentos de elevação da infância a objeto estratégico para a evolução nacional, procurou-se criar um ambiente para a formulação de projetos e difusão de idéias em nível americano: os “Congresos Panamericanos del Niño”.

Os “Congresos Panamericanos del Niño” (CAN’s) – iniciados em 1916 e até 1948 aconteceram 9 eventos – foram encontros realizados no continente americano de caráter científico, político e intergovernamental, objetivando criar um circuito regional de intercâmbio, de cooperação, de circulação de idéias, de exposição de experiências, problematizando o universo infantil em diferentes dimensões e pontos de vista.

A partir dele, o movimento de problematização da infância latino-americana foi ganhando uma dimensão mais consistente com a realização periódica dos CAN’s, e posteriormente com a busca pela institucionalização deste movimento através da criação formal do *Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia* (chamado de agora em diante de IIAPI), em 1924¹, instalado em 1927², Instituto esse gestado e aprovado no interior dos quatro primeiros CAN’s.

* Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo.

¹ O IIAPI teve o seu estatuto aprovado oficialmente no 2º CAN. Ver: CUARTO CONGRESO PANAMERICANO DEL NIÑO. *Antecedentes, actas y trabajos*. Tomo Primero. Santiago del Chile: Imprenta Cervantes, 1925, p.95-97, 101, 145-149.

² O IIAPI foi solenemente instalado, em Montevideú, Uruguai, sua sede, em 09 de junho de 1927. Ver: ESCARDÓ Y ANAYA, Victor. Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia. Su inauguración. *Boletín del Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia* (doravante chamado Boletín del IIAPI), Montevideo, t.1, n.1, p.28, jul., 1927.

Eles foram as primeiras expressões do que se pode chamar de movimento latino-americano de problematização da infância, sob uma perspectiva, hoje por nós reconhecido, multi e interdisciplinar, isso porque já existiam relacionamentos na região conformando redes de intelectuais-cientistas, sobretudo da área médica, focando o mundo infantil, antes mesmo dos CAN's, mas restritos a uma ou outra dimensão da infância, e não de maneira mais ampla como o caso dos CAN's como se verá abaixo.

Os CAN's exerceram ainda um primeiro papel, mesmo sem muita coordenação inicialmente, no âmbito das relações intergovernamentais entre os países da região, na promoção e participação oficial em discussões e proposição de diretrizes para a atenção à infância latino-americana.

Compreendemos os CAN's como um processo através do qual, o movimento latino-americano de problematização da infância foi sendo constituído de maneira duradoura. Dessa forma, a seguir pretendemos desenvolver os caminhos percorridos na realização deles, entre os anos de 1916 e 1948, identificando aspectos organizacionais, a sua dinâmica de funcionamento, a adesão dos países a si, os participantes, a divisão dos trabalhos nas diferentes seções.

Dentro da análise sobre a estruturação dos CAN's, é possível se identificar tensões de gênero, de origem profissional, a predominância de tendências sobre os encaminhamentos dos CAN's, e disputas pela memória.

Reconhece-los como espaços construídos, é uma oportunidade para percebermos a historicidade tanto das idéias e iniciativas ambiciosas pela produção de um mundo para a infância, quanto dos caminhos pelos quais a ciência deseja se estabelecer como poder social, muito longe de qualquer neutralidade ascética.

Os CAN's emergiram ligados diretamente à intensificação dos debates sobre a infância internamente nos países da região, e também à internacionalização da circulação de idéias no circuito latino-americano. Entretanto, não se pode concebê-lo simplesmente como um fruto natural disso.

Mesmo já tendo sido aprovada a indicação do Sr. Antonio Vidal, no Congresso Científico Internacional de 1910, realizado em Buenos Aires, Argentina, para a organização de um "*Congreso Americano del Niño*", nesta mesma cidade, em 1916, a cargo da *Sociedad Científica Argentina*³, foi dentro do *Primer Congreso Nacional del*

³ ARAÓZ ALFARO, Gregorio. Discurso en la Sesión Solemne Inaugural, Presidente de la Delegación

Niño, ocorrido no mesmo local, em 1913, sob a coordenação da *Liga para los Derechos de la Mujer y del Niño*, e mais precisamente na Assembléia Extraordinária dos Aderentes a este Congresso, de 1915, no qual os passos mais firmes formam dados para a viabilização do *Primer Congreso Americano del Niño*, em 1916, em comemoração ao centenário da independência Argentina⁴.

Os CAN's, foram levados a termo com bastante regularidade, sediado em diferentes países (ver Quadro Um), e ainda hoje são realizados com certa periodicidade, sob a coordenação do *Instituto Interamericano del Niño* (IIN), nomenclatura recebida pelo IIAPI em 1957, quando este passou a fazer parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), na condição de organismo especializado⁵.

O foco e a dinâmica dos CAN's mudaram ao longo do tempo, saindo de um perfil de encontro científico-intelectual, para um concerto intergovernamental imerso nas relações interamericanas encabeçadas pela OEA, nos anos 1950 em diante.

Os CAN's e o IIAPI/IIN, proporcionaram a materialização e a persistência do movimento de problematização da infância Latino-Americana, numa perspectiva comparativa, associativa, integrativa, cooperativa e interdisciplinar, exercendo uma função política de proporcionar a circulação de projetos, experiências e idéias, delineando um espaço regional para essas trocas, as quais em alguma medida reverberavam em ações voltadas para a construção de um mundo para a infância em cada um dos países participantes desse movimento.

Esse movimento encabeçado e conduzido nesse período pelos CAN's, é o que passamos a ver na seqüência.

2.1 Organização

Os tramites para a viabilização dos CAN's obedeciam de um lado a uma “rotina diplomática”, por ser um encontro intergovernamental oficial, e de outro lado a um

Argentina. In: REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Segundo Congreso Americano del Niño, celebrado em Montevideo del 18 al 25 de mayo de 1919*. Tomo Primero. Montevideo: Peña Hnos. Impresores, 1919, p.96-97.

⁴ Cf.: PRIMER CONGRESO AMERICANO DEL NIÑO. *5º Boletín*. Buenos Aires: Imp. Escoffier, Caracciolo y Cia, 1916, p.01.

⁵ Essa alteração foi realizada pelo Conselho Internacional do IIAPI em 05 de agosto de 1957. Ver: INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NIÑO. *Estatuto del Instituto Interamericano del Niño*. Montevideo: [s.n.], 1957. Atualmente o IIN chama-se Instituto Interamericano del Niño, la Niña y de Adolescente.

encaminhamento mais voluntarioso, autônomo de redes e contatos ligados à cada comissão organizadora responsável pelos sucessivos CAN's.

O caráter oficial e diplomático estava ligado aos procedimentos adotados na composição dos comitês organizadores, bem como no convite e chamada à participação aos demais países da região.

A exceção do 1º CAN, cujo comitê organizador do país sede parece ter sido instituído pela assembléia extraordinária dos aderentes ao 1º Congreso del Niño, na Argentina⁶, os demais eram selecionados pelo governo do país, através de decreto, atribuindo um caráter oficial ao evento.

O contato para informar e solicitar procedimentos para a organização de comitês nacionais e divulgação das atividades dos CAN's, dava-se, em parte, através das chancelarias do país sede com os demais países da região, entrando, portanto, numa esfera de relações internacionais.

Apesar disso, esses trâmites “burocráticos” nem sempre eram estritamente obedecidos, ou ainda, eles não eram postos como sendo indispensáveis. A exemplo da escolha do comitê organizador do Peru formado para participar do 3º CAN, cuja composição fora realizada desde o Brasil, país sede, pelos organizadores brasileiros⁷.

A estrutura organizacional dos CAN's obedecia a uma hierarquia piramidal sendo basicamente centralizada na “Comissão Organizadora ou Executiva”⁸, composta, em geral por um presidente, um ou dois vice-presidentes, um secretário geral, tesoureiro, e vogais, com as atribuições, salvo algumas variações, seguintes:

a) estabelecer as “Comissões Seccionais” responsáveis pelas seções temáticas de trabalho;

⁶ Cf.: PRIMER CONGRESO AMERICANO DEL NIÑO. Idem.

⁷ Neste caso, o presidente do “Comité Nacional de Peru”, ao 3º CAN, o médico e professor Dr. Carlos Enrique Paz Soldán, foi nomeado desde a comissão organizadora geral no Brasil. Posteriormente ele estabeleceu o Comitê no Peru e, apenas informou isso ao seu Governo, o qual posteriormente ofereceu apoio. Ver: COMITE NACIONAL DEL PERU. *Memoria del Comité Nacional del Perú al III Congreso Americano del Niño, Rio de Janeiro, 22 de agosto – 3 setiembre 1922*. Lima: [s.n.], 1922, p.19-26.

⁸ O nome da comissão central de organização nem sempre tinha esse nome, às vezes podia ser chamada de “junta organizadora”, às vezes de “comissão organizadora”, em outras oportunidades foi chamada de “comissão executiva”. A respeito dessa última nomenclatura, é preciso deixar claro a existência, na maioria dos CAN's de uma “comissão executiva”, diferente da função de organização geral do evento, com competência de atuar apenas nos dias do evento, e sendo constituída já pelos delegados dos países, participantes do mesmo.

b) promover a divulgação dos preparativos e procedimentos para adesão e inscrição;

c) indicar os temas oficiais, os temas recomendados⁹ a serem abordados nos textos, e por vezes estabelecer os “relatores” dos temas oficiais;

e) difundir aos governos, às instituições e pessoas do país sede e da região, o evento, mantendo contatos com os comitês nacionais ocasionalmente montados;

f) o presidente da Comissão, presidir as atividades solenes, deliberativas;

f) coordenar as finanças, a publicação de anais, e boletins.

O poder atribuído a essa Comissão, responsável por efetivamente viabilizar os cruzamentos e intercâmbios do movimento de problematização da infância no interior dos CAN's, era considerável, principalmente na tentativa de se estabelecerem pautas aos debates.

Isso se dava especialmente quando se estabeleciam números restritos de “relatores oficiais” aos temas, e em certas ocasiões a Comissão indicava alguns nomes dos relatores, quando não indicava “todos”, como no caso do 5ºCAN¹⁰.

Parte dessa atribuição/poder era dividida com as comissões dos países aderentes, pois essas podiam não só sugerir outros temas, de modo especial nos primeiros CAN's, como apresentar o nome de relatores oficiais aos temas, ou à determinados temas previamente estabelecidos como incumbência sua, a exemplo do 9º CAN¹¹.

As comissões organizadoras centrais do país sede, em geral, eram compostas pelo presidente, vice, secretário geral, tesoureiro e vogais, mobilizando um número mínimo de três pessoas no 6º CAN, e um número máximo de quarenta e quatro no 1º CAN.

⁹ Basicamente os temas sobre os quais os trabalhos a serem apresentados deveriam versar ou ter ligação com aqueles propostos pela organização como “oficiais”, “recomendados”. O estatuto dos trabalhos variou de CAN para CAN. Em alguns apenas o apresentador indicado pela organização poderia apresentar trab. oficial.

ou ainda “livres”. Os oficiais

¹⁰ QUINTO CONGRESO PANAMERICANO DEL NIÑO. *Actas y trabajos*. Tomo I. La Habana: Montalvo y Cardenas Impresores, 1928, p.19-21, 73-266.

¹¹ Neste CAN, a organização optou por predeterminar quais os países ficariam a cargo de desenvolver esse ou aquele tema oficial, objetivando otimizar o tempo e dar maior consistência às discussões e conclusões. Cf.: IX CONGRESO PANAMERICANO DEL NIÑO. *Junta organizadora, (informe)*. Caracas: Editora Grafolit, 1948, p.16, 17.

Os homens predominavam nessas comissões, com 84% de membros (Ver Tabela 1). Apesar disso, as mulheres marcaram presença no 1º, 2º, 4º, 7º e 8º CAN, com uma proporção de 16%, ocupando funções de presidenta no 1º e 8º CAN. Nesses dois CAN's, a representação feminina na organização foi mais significativa, pois no 1º CAN, dos quarenta e quatro organizadores, dez eram mulheres, e no 8º CAN, dos nove organizadores, três eram mulheres.

A área médica, o direito, e a educação forneceram o maior número de participantes dessas comissões. Os médicos predominaram nas funções de presidência, vice e secretário; os juristas tinham uma presença mais considerável na função de vogal (ver Tabela 1)

Essa característica conferia um perfil multitemático aos CAN's, pela presença de perspectivas variadas sobre a infância, nesse momento de preparação dos encontros. Por vezes isso era maximizado na constituição de sub-comissões relativas às grandes áreas de trabalho de cada CAN.

As grandes áreas de cada CAN procuravam concentrar os eixos de discussão e apresentação de trabalhos pelos participantes e delegados dos países. O pilar de todos os CAN's pode ser dividido em quatro ramificações saúde infantil; educação; assistência; direito (ver Quadro 2).

O número de membros dessas sub-comissões na fase de organização, variaram de congresso para congresso, conforme a característica mais ou menos centralizadora da comissão organizadora geral, competente para constituí-las.

Assim, temos uma expressiva presença de componentes nessas sub-comissões no 1º CAN, com 217 pessoas divididas em seis sub-comissões, e o no 2º CAN, com 243 pessoas vinculadas à quatro sub-comissões.

Na outra ponta, com poucos ou nenhuma sub-comissão explicitamente formada, temos o 3ºCAN e o 5ºCAN. Mas, mesmo nesses CAN's, como nos demais, deve-se imaginar o envolvimento de um número considerável de pessoas com a finalidade de viabilizá-los, apesar desse aspecto nem sempre ter ficado evidenciado em números na documentação, como sugere o informe da comissão organizadora do 9º CAN abaixo:

...hay algunas Sub-Comisiones muy numerosas y en las cuales las reuniones periódicas y el trabajo por realizar se haría dificultoso, la Junta Organizadora ha escogido entre los miembros de ellas, cinco profesionales, para actuare

como “miembros de asistencia obligatoria” (esses teriam seus nomes expresamente indicados, os demais não, nota nossa)¹².

Ao lado desse envolvimento no país sede do evento, procurava-se também estimular os demais países das Américas a formarem, como dissemos acima, Comitês nacionais, bem como a difundir cada encontro seja nessa fase de preparação com a publicação de boletins da organização e, depois da criação do IIAPI, encaminhamento de convocatória à “personalidades” governamentais, instituições e pessoas ligadas à atenção à infância¹³; seja depois com a suas edições de anais, com conclusões e discussões e posterior distribuição aos países e especialistas.

Era freqüente a formação desses comitês a cada encontro nos países americanos, mesmo se isso não repercutisse depois na adesão equivalente em número de inscritos ao evento. Mesmo assim, isso sinalizava a difusão dada ao evento. Muitas pessoas, especialistas, interessados no tema da infância, em cada um dos países da região, e fora dela, tinham a oportunidade de ao menos saber da ocorrência dos CAN's, tomar contato com uma ou outra discussão, e com as conclusões.

A seguir, no quadro 4, identificamos quais os países formaram comitês para os CAN's, e aqueles aderentes, na época da ocorrência do CAN, se fizeram presentes.

De toda forma, isso tudo vem a sinalizar a quantidade de pessoas mobilizadas para a propositura e viabilização dos diferentes CAN's, garantindo um circuito razoável interamericano de circulação de informações sobre o ocorrido. Estruturando espaços para a problematização do universo infantil e a propositura da construção de mundos para a infância. A infância interamericana foi identificada como um “objeto” a receber atenção equivalente dos países. Nesse processo dos CAN's participaram e se envolveram milhares de pessoas, e centenas de instituições, como passamos a ver.

2.2 Participantes

Se os organizadores exerciam um papel importante e um determinado poder na preparação dos CAN's, os participantes davam feição e os rumos dos debates, isso

¹² CONSEJO VENEZOLANO DEL NIÑO. JUNTA ORGANIZADORA DEL IX CONGRESO PANAMERICANO DEL NIÑO. *Boletín informativo n.1*. Caracas: [s.n.], [1947], p.32.

¹³ Isso era muito freqüente na organização dos CAN's, ou seja, a organização central encaminhava convites à agentes governamentais e também para instituições e pessoas envolvidas com a atenção à infância, como Sociedades Benéficas, Associações de atenção à infância, patronatos, etc.

porque eram eles quem vocalizavam as idéias, propunham conclusões em seus trabalhos, intervinham nas diversas seções temáticas, com voz e voto, exercendo assim algum poder nos rumos do evento.

As origens profissionais e as atividades dos inscritos eram inúmeras, podendo ser encontrado muitos médicos, enfermeiras, advogados, educadores, professores universitários, jornalistas, políticos, burocratas e gestores de instituições governamentais ou privadas envolvidas com a atenção à infância (asilos, juntas de beneficência), trabalhadores sociais (no futuro seriam chamados de assistentes sociais), religiosos, sociólogos, psicólogos, pedagogos, entre outras tantas.

Os CAN's, em alguma medida, permitiam a visibilidade deste “mundo de adultos” preocupados com a delimitação de um, ou vários, mundos para a infância. A presença de diferentes profissões, ainda em fase de formatação dos seus domínios de atuação, fazia dos CAN's espaços de elucubração e disputa por legitimidade dentre as áreas de conhecimento.

Esse contingente de representantes de diferentes áreas de conhecimento, estas em fase de construção de seus “nichos” de atuação, reunidos num só evento com a finalidade de se debruçar sobre a infância, ganhava ainda mais relevância se considerado o grande volume de pessoas aderentes aos CAN's.

Entretanto, nem todos os aderentes tinham o mesmo estatuto, nem os mesmos direitos. Ao longo dos CAN's existiram basicamente três tipos de participantes:

a) Honorários: em geral eram indicados pelos pela organização, pelos comitês nacionais ou seus representantes oficiais nos CAN's, e contemplavam, frequentemente, os presidentes, além de algumas lideranças e personalidades envolvidas com a temática infantil dos países aderentes a cada CAN, e do país sede do encontro¹⁴. Em alguns CAN's se subdividiu os honorários em “classes”- Presidentes; Vice-Presidentes; Membros Honorários¹⁵.

¹⁴ No 7º CAN, atribuiu-se a função de Patrono ao Presidente dos “Estados Unidos Mexicanos”, Gen. Lázaro Cárdenas. Cf.: .p.18.

¹⁵ No 5º CAN, por exemplo, os Presidentes Honorários eram os presidentes dos Países com delegados no encontro; os Vice-presidentes Honorários, um por país aderentes, eram escolhidos dentre os seus delegados oficiais; os Membro Honorários, eram selecionados entre outras autoridades como ministros de estado, não necessariamente presentes ao CAN. Cf.: QUINTO CONGRESO... p.27-29.

No 8º CAN, quando se iniciou a busca por dar a esses eventos um caráter mais oficial dentro da institucionalidade das relações interamericanas, procurando submetê-los à coordenação do IIAPI, as funções honorárias foram atribuídas à coordenadores de instituições do “sistema interamericano” (ver Quadro 3).

Dentro ainda dessas funções, poderiam ser relacionados nomes de autoridades e especialistas para ocuparem a presidência honorária, ou vice, das diferentes seções de trabalho dos CAN’s, como aconteceu no 2º CAN quando se nomearam 56 pessoas divididas entre as quatro seções¹⁶.

As funções dos membros honorários eram apenas simbólicas, mesmo se os beneficiários estivessem presentes ao evento, expressando uma homenagem dos congressistas e da organização a determinadas autoridades e especialistas.

b) Oficiais: os membros oficiais eram aquelas pessoas designadas pelos países aderentes aos CAN’s, como seus representantes. Cada nação, através de sua Comissão Nacional aos CAN’s, coordenava a apresentação de sua “delegação” à organização geral na sede de determinado congresso.

A indicação dos delegados oficiais não tinha limite numérico previamente definido, podendo assim ser designados um, como na maioria dos casos, ou vinte e dois a exemplo da delegação dos EUA ao 5º CAN¹⁷. O país sede do evento também tinha direito de inscrever delegados, chegando-se ao extremo da Venezuela, no 9º CAN, incluir o nome de cento e seis representantes¹⁸.

Basicamente os inscritos nessa condição gozavam de algumas prerrogativas como a de terem um tempo maior para exporem seus textos e reflexões, tomarem parte ativa nas sessões deliberativas conclusivas dos CAN’s, poderem relatar e apresentar trabalhos designados pelas organizações como de atribuição dos países participantes, como o exemplo do 9º CAN já comentado, no qual previamente havia se determinado os temas a serem tratados pelos países no CAN.

A partir da documentação é possível se depreender também a ausência de custos de inscrição para as pessoas nomeadas como delegadas oficiais.

¹⁶ REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Segundo...* p.70-71.

¹⁷ Cf.: QUINTO CONGRESO... p.15.

¹⁸ Cf.: UNION PANAMERICANA. *Acta final del IX Congreso Panamericano del Niño*. Caracas: [s.n], 1948, p.4-5.

Os delegados, comumente, eram pessoas de destaque em atividades voltadas ou relacionadas à infância em seus países. Autoridades governamentais, chefes de instituições destinadas ao público infantil, médicos pediatras, professores universitários. Enfim, eram pessoas com algum poder de reverberação em seu país e governo de origem, das discussões, deliberações e idéias vocalizadas no interior dos CAN's.

Alguns dos quais já haviam participado de outros CAN's seja no seu país, ou em alguma outra nação. Por vezes, alguns deles iam a um determinado CAN, entre outros objetivos, para fazer lobby com os delegados de outras nações, na tentativa de ver aprovado o seu país como sede do próximo encontro. Isso porque, até o 7º CAN, era definido esse aspecto nas seções deliberativas, das quais os delegados participavam votando. Nos subseqüentes, essa decisão ficou a cargo do IIAPI em acordo com a União Panamericana, reforçando o aspecto de se fomentar a institucionalização mais concreta dos CAN's à um organismo interamericano, qual seja, o IIAPI.

Ao ser definida a sede do 6º CAN, por exemplo, a propositura foi feita não pelo Peru, mas pelo delegado argentino, Dr. Carlos de Arenaza, ao 5º CAN, conforme comenta o Dr. Carlos Enrique Paz Soldán a dirigir-se ao Ministro de Relações Exteriores do Peru, noticiando tal fato:

Señor Ministro de Relaciones Exteriores.

El V Congreso Pan Americano del Niño, celebrado en la ciudad de Habana en diciembre de 1927, aclamó por unanimidad, la propuesta del doctor Carlos de Arenaza, Delegado del Gobierno de la República Argentina a ese certamen, que fuera la ciudad de Lima, sede de la VI reunión de este Congreso, el que debía celebrarse en un plazo no menor de tres años.¹⁹

Esses contatos estabelecidos no interior dos CAN's tinham alguma importância na sua perpetuação, isso porque, eram esses personagens os principais incentivadores da continuidade desses Congressos e entre eles estabelecia-se a circulação de idéias, potencializando redes de especialistas na área da infância latino americana e americana.

É possível, observando a efetiva adesão oficial dos países da região ao evento (ver Tabela 2) no quadro abaixo, dividido por número de delegados por país, por gênero, por congresso, à exceção do 1º CAN para o qual não conseguimos identificar os

¹⁹ VI CONGRESO PAN-AMERICANO DEL NIÑO. *Boletín n.2*. Lima: Emp. "La Editorial" S.A., 1929, p.5.

componentes das delegações oficiais, identificar, a partir desses dados, os países mais assíduos oficialmente nos CAN's, quais sejam:

a) presentes a todos os CAN's: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, EUA, Panamá, Uruguai, Venezuela;

b) aderentes a sete dos oito CAN's registrados: México;

c) em seis CAN's: Bolívia, Brasil, Peru;

d) freqüentando cinco CAN's: República Dominicana, El Salvador, Equador, Nicarágua;

e) participantes de dois CAN's: Haiti, Honduras;

f) presente em apenas um CAN: Porto Rico

Observando a assiduidade dos países da região aos CAN's, dividindo em blocos tanto os locais de ocorrência dos congressos²⁰, como os países, chegamos aos seguintes números.

Nos CAN's realizados no cone sul (2º, 3º e 4º), verificamos uma presença oficial das nações do cone sul e também dos EUA, na ordem de 100%, já os países do norte da América do Sul totalizam 86% de efetividade, a região da América Central, do Caribe e o México contabilizam 50% de presença, sendo portanto esta a com menor participação relativa a tais eventos.

Identificando os CAN's organizados na América Central, Caribe e México (5º e 6º), percebemos os EUA com 100% de presença, seguido pela própria América Central, Caribe e México, com 75% de freqüência, o Cone Sul com 70%, e o norte da América do Sul, com 60%.

Quando os CAN's ocorreram no norte da América do Sul (6º e 9º), os EUA estava presente 100%, os países da referida região e os do Cone Sul garantiram adesão na ordem de 90% cada, e a América Central, Caribe e México, por sua vez, participaram com 50% dos CAN's.

²⁰ Optamos nesta divisão o critério das regiões geográficas próximas, assim temos quatro regiões, a saber: a) Cone sul: abrange os países e CAN's realizados na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, e Uruguai; b) Norte da América do Sul: integra esse grupo Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela; c) América Central, Caribe e México: compõem essa região Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Porto Rico, e República Dominicana; d) Estados Unidos. Para essa divisão nos inspiramos na separação em blocos dos países americanos apresentado por Almeida em sua tese. Cf.: ALMEIDA, Marta de. *Das Cordilheiras dos Andes à Islã de Cuba, passando pelo Brasil: Os Congressos Médicos Latino-Americanos e Brasileiros (1888-1929)*. Tese (Doutorado em Historia Social). Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

O 8º CAN foi o único com 100% de presença oficial dos países de todas as regiões, sinalizando uma “atenção diferencial” de todos os países para com o gigante norte-americano, na iminência de entrar na Segunda Guerra, fruto de ações tendentes a consolidar um ambiente pan-americano sob a coordenação e hegemonia dele.

Apesar desse esforço dos EUA em formatar, durante os anos 1940, um sistema continental americano mais sólido também na esfera da infância, lembramos o fato dos CAN's passarem a ser organizados desde o IIAPI, junto com a União Pan-Americana a partir do 9º CAN, neste evento houve a presença oficial de apenas 13 países das Américas. Significando uma eficácia relativa dos EUA em seus intentos diplomáticos de conduzir os CAN's nesse momento.

Mesmo levando em consideração as distâncias geográficas, as dificuldades de locomoção, as diferenças políticas, houve uma considerável presença oficial dos governos da região aos CAN's, na ordem de 77% como média, ou seja, de um universo de vinte e dois países considerados, a média de presença foi de 17 países, um número alto em se reconhecendo o caráter não tradicional da temática dos CAN's, a infância, dentro da esfera de relações diplomáticas²¹.

Mas, a análise desses dados percentuais e do número de adesões totais, nos permite perceber efetividade dos propósitos dos CAN's em criar um ambiente regional de trocas e intercâmbios de experiências e idéias tendo como foco principal a temática infantil. Pois houve uma importante chancela oficial dos países a tais encontros, apesar disso nem sempre representar uma necessária incorporação nos mesmos das discussões e deliberações dos CAN's.

De toda maneira, como a proposta inicial dos CAN's era fomentar um foro interamericano, com certa periodicidade de debates, com a participação oficial dos países da região, procurando fazer emergir pontos de vistas partindo das realidades destes, e não só de idealizações de “exemplos do velho mundo”, a partir desses dados, pode-se reconhecer um relativo êxito nesse propósito.

Obviamente não se devem tirar conclusões apressadas quanto às conseqüências concretas desses CAN's sobre as políticas e iniciativas dirigidas à infância nestes países. A maior conseqüência, ainda assim, foi a de ter realizado a materialização deste circuito

²¹ Aqui referimo-nos ao caráter “não convencional” dos CAN's, dentro do âmbito das discussões envolvendo os governos da região, muito mais intensa em assuntos de ordem econômica, militar, política. Por isso, esses números nos parecem ainda mais importantes.

de idéias e de interação oficial, em âmbito regional, não existente antes, com o enfoque na problematização do universo infantil.

Outra derivação dessa presença dos países aos CAN's, diz respeito à expressão pública das conclusões e votos dos CAN's. Pois, ao término de cada evento se aprovavam conclusões em forma de votos e declarações, sinalizadores de sugestões, de idéias, de projetos e programas de ações para os governos da região. E eram exatamente os delegados oficiais, os responsáveis por deliberar sobre os termos finais desses congressos, de modo a sugerirem parâmetros para à sociedade, e para os governantes, de atuação sobre a infância.

Analisando a frequência e a regularidade dos países aos CAN's, descontando-se a delegação do país sede totalizando 332 delegados, verifica-se a presença mais significativa, dos países do cone sul com 119 delegados; os países do Caribe e América Central, acrescido do México, contabiliza 97 delegados; os EUA, contaram com delegação oficial de 65 pessoas; e por fim o norte da América do Sul, contou com a participação de 51 representantes.

Os países dentro desses números com maior representatividade foram os EUA com 65 delegados, seguido pela Argentina com 47, Chile com 28, Cuba com 21, Uruguai e Paraguai com 15, Brasil e Colômbia com 14, México e Costa Rica com 13²².

A presença oficial dos países muitas vezes não se dava com pessoas necessariamente vinculadas à temática infantil, sendo freqüente os representantes dos países, quando se indicava apenas um delegado, ser membro do corpo diplomático deste.

Por outro lado, aqueles países mais participantes dos CAN's geralmente estruturavam suas delegações com personalidades e especialistas envolvidos diretamente com a infância, não sendo incomum encontrar médicos ligados à saúde infantil, juristas, dirigentes de órgãos públicos ou instituições de atenção à tal público.

c) Aderentes de Número: os membros de número, basicamente, eram aquelas pessoas envolvidas ou interessadas nas questões relacionadas à infância em seus países, e, de modo formal, aderentes aos CAN's. Quando tais indivíduos não residissem no país

²² Os demais países estão contabilizados da seguinte maneira: Venezuela e Panamá com 11 delegados, Peru com 10, Nicarágua com 9, Bolívia, Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana com 8, Haiti com 3, Honduras com 2, e, Porto Rico com 1.

sede, o comitê e a delegação de sua nação era a responsável por sua inscrição e apresentação à comissão organizadora geral.

Dentro dessa categoria ainda podiam ser inscritos representantes de instituições públicas ou privadas, de organismos oficiais, muitos dos quais ganhavam o status de “delegado institucional”.

Preconizava-se um perfil para tais adesões, como indicou o “Reglamento” do 4º CAN, sendo destinado para “*Las personas que se ocupen de la protección a la infancia de una manera científica o práctica, o representen instituciones de tal finalidad*”²³. Ou ainda, ao se nomear os critérios para inscrição, deixou-se evidente as novas características emergentes nesse tema, na década de 1940, quando o “Reglamento” do 8º CAN, precisou os membros de número como “*los representantes de organismos oficiales, de instituciones privadas y personas dedicadas a la protección de la salud, la educación y el bienestar de la infancia*”²⁴.

A similitude entre esses dois “tipos” de adesões – de número individual, e institucional – era muito grande, pois suas competências e faculdades eram praticamente as mesmas. Eles podiam: assistir à maioria das atividades dos CAN’s, excluindo-se aquelas destinadas apenas para os delegados oficiais, apresentado trabalhos nas diferentes seções temáticas, tendo como pressuposto para isso a aceitação dos textos pela organização geral ou pelo comitê de seu país; propor conclusões em suas exposições, e participar das deliberações dos votos das seções nas quais participassem; tinham, como dito, direito à voto, e direito à voz nas seções temáticas, podendo argumentar e discutir as demais apresentações e conclusões.

Nos quatro primeiros CAN’s, esses participantes ainda tinham o direito de votar nas seções deliberativas finais do evento, configurando, assim, as conclusões, expressão não apenas de representantes oficiais dos governos da região, mas sim de inúmeros protagonistas ligados à temática da problematização e atuação sobre a infância, dando um caráter amplo de síntese, de propostas e idéias, em circulação a respeito desse assunto.

²³ Art. V, alínea b, do “Reglamento”. Cf.: CUARTO CONGRESO PANAMERICANO DEL NIÑO. *Antecedentes...*p.14.

²⁴ Art.5 do “Reglamento y temário”. Cf.: VIII CONGRESO PANAMERICANO DEL NIÑO. EIGHTH PAN AMERICAN CHILD CONGRESS. *Program*. Washington, D.C.: United States Government Printing Office, Department of State, 1942, p.24.

A partir do 6º CAN, os membros de número, pelos regulamentos, sequer podiam assistir às seções deliberativas finais dos eventos, as “seções de governo”, permanecendo normais suas demais prerrogativas.

Mesmo não participando da aprovação ou rejeição dos votos finais nos demais CAN's, posto ser isso uma atribuição deliberativa restrita aos delegados oficiais, os aderentes de número exerciam um importante papel na formulação do conteúdo desses votos, isso porque, até o 8º CAN, era atribuição das seções temáticas, dentro das quais eles podiam participar, formular e aprovar as suas conclusões e depois envia-las para decisão final pelos delegados oficiais em seção de “governo”.

Ou seja, os delegados dos países, decidiam, a partir de propostas previamente aprovadas pelos participantes nas seções temáticas. Isso dava aos CAN's, uma característica não apenas governamental, mas também científico-intelectual e social, posto estarem presentes inúmeros agentes com atuação em instituições envolvidas com o tema da infância, dando certa consistência ao movimentolatino-americano e americano de circulação de idéias relativas à problematização da infância.

A partir do 9º CAN, entretanto, objetivando dar uma adequação mais intergovernamental e interamericana oficial a esses encontros, procurou-se restringir a participação de membros de número individuais e institucionais, sobretudo referindo-se à limitação dos direitos desses em intervirem nos andamentos das atividades do CAN, seja apresentando trabalho, seja deliberando nas seções, podiam apenas assistir às seções temáticas e solenes.

Bloqueava-se assim aquela característica fundamental desse processo dos CAN's, mencionada acima, qual seja, o de ser um grande espaço de confluência de pessoas envolvidas com a temática infantil, suas idéias, experiências e projetos. Privilegiava-se, então, o corte oficial e governamental para os CAN's.

Para suavizar esse caráter apenas oficial, a organização do 9º CAN manteve a possibilidade de inscrição de membros de número para indivíduos, e criou uma outra categoria – os observadores, para representantes de instituições. Basicamente eles podiam assistir às atividades, excluída as deliberativas, sem direito expresso de propor trabalho, sem voz e voto. E lhes foram criadas algumas barreiras para a inscrição, dificultando assim a inscrição “avulsa”, voluntariosa ao CAN²⁵.

²⁵ Colocar os artigos do CAN.

De outra parte, mesmo sendo os CAN's aberto a adesão de pessoas e instituições, era necessário aos mesmos realizarem o pagamento de uma cota de inscrição – isso teve vigência do 1º ao 7º CAN –, podendo este ser um fator um limitador para a participação. Mesmo assim, em alguns CAN's procurou-se facilitar a adesão dos diversos interessados, como a criação no 4º CAN da categoria de “contribuinte”, a quem era permitido apenas servir de audiência às atividades, ou ainda com a criação da “meia-cota”, na qual pagava-se 50% do valor, para alunos e professores, nos 1º ao 3º CAN's, e mesmo a cota institucional, desconto de 50%, na qual os representantes de instituições com mais de 10 trabalhos inscritos, no 7ºCAN.

O rol de todos esses participantes era muito diversificado por áreas de atuação e profissão, mas compreendia médicos (pediatras, puericultores, higienistas), professores (universitários, normais, primários), enfermeiras, parteiras, advogados, educadores, dentistas, políticos (deputados, senadores, ministros), jornalistas, assistentes/visitadores sociais, dietistas, psicólogos, juristas, sociólogos, além de engenheiros, militares, epidemiologistas, contadores.

Uma boa parte destes tinha algum tipo de ligação com instituições públicas ou privadas, seja como gestor, seja como agente, destinadas direta ou indiretamente na formulação de políticas e iniciativas voltadas para o universo infantil.

Assim inúmeras ligas, associações, juntas de beneficência, departamentos e secretarias governamentais, entidades filantrópicas e caritativas, tiveram pessoas vinculadas a si fomentando a circulação de idéias relativas à infância dentro dos CAN's. Ao mesmo tempo, eles potencializavam, por essa participação nos CAN's, a reverberação dos debates em práticas em seus locais de ação. Eram portanto, esses personagens, agentes e mediadores desse processo de problematização da infância no período, estimulados através dos CAN's.

Isso se dava principalmente entre os participantes do país sede, pois eles configuravam a maioria dos aderentes a cada um dos CAN's (ver Tabela 7).

Observando o número total de inscritos, aproximadamente 3.216, não contabilizando para esse cálculo os 2.243 aderentes brasileiros ao 1º Congresso Brasileiro de Proteção a Infância, ocorrido conjuntamente ao 3º CAN, temos um contingente considerável de pessoas participando e dando consistência à circulação de idéias envolvendo a infância no continente americano.

Obviamente, cada país contribuiu de modo específico nisso, sendo o mais ativo, quando incluído o número de participantes do país sede nos aderentes, o Brasil com 2.374 pessoas, seguido pelo Uruguai com 1.058 inscritos, depois vem o Chile com 507 pessoas, na seqüência aparecem: a Argentina com 468; o México com 330; os Estados Unidos com 160; o Peru com 64.

Deste número, a maioria participou do CAN quando o seu país foi sede do evento, concebendo-se assim, como um momento de oportunidade para a nação dar publicidade e se debruçar com intensidade sobre as questões ligadas à infância, à realidade mais próxima dos aderentes. Em média, do total de inscritos de número, 71% eram do país sede, enquanto 29% provinham de outros países (ver Tabela 4).

Observando através dos CAN's chegamos aos seguintes percentuais relativos à adesões de pessoas do país sede e de indivíduos de outras nações.

Os dados percentuais relativos à adesões de pessoas do país sede e de indivíduos de outras nações, a favor dos países acolhedores dos eventos, por vezes contém algumas distorções como o grande número de inscritos nativos, repercutindo em grande diferença percentual a seu favor, como no caso do 3º CAN no Brasil. Ou ainda, no caso do 9º CAN, para o qual não se registrou nenhuma adesão do país organizador, a Venezuela, dando 100% de inscritos do exterior, por isso não o computamos no cálculo da média de inscritos por evento, apresentada acima.

Os CAN's tinham, portanto, uma dimensão nacional e internacional ao mesmo tempo. Essa característica foi perdendo a vigência no 8º e 9º CAN, quando o evento passou a focar sua dimensão de foro continental intergovernamental, podendo ser observada na adesão restrita dos inscritos de número em geral e aqueles do país sede. No 8º CAN, os EUA oportunizou 60 inscrições para seus nacionais de um total de 104 inscritos. No 9º CAN, a Venezuela não computou nenhuma adesão de número nacional, e apenas 17 inscrições de outros países da região.

Se descontarmos os inscritos de cada país sede, chegaremos a outros números, os quais nos permitem ver mais concretamente como a região se aproximou desse movimentos dos CAN's (ver Tabela 5)

Levando em conta tais dados, pode se perceber, de um total de 1.167 inscritos, dos sete CAN's para os quais conseguimos tabular as informações, os países do Cone

Sul, representaram aproximadamente 78,2 % de aderentes aos CAN's. O Norte da América do Sul contou com 9,4 % do total de adesões. Os EUA, por sua vez, registraram cerca de 8,6 % de inscrições. Já a América Central, Caribe e o México perfizeram apenas 3,8 % do total de inscritos.

Quanto à adesão individualmente considerada por país aos CAN's, temos os seguintes números:

a) aderentes a todos os sete CAN's considerados, 100%: Argentina, Brasil, Estados Unidos;

b) inscritos a seis CAN's, 86%: Uruguai;

c) participante a cinco CAN's, 70%: Chile e Peru;

d) representado em quatro CAN's, 58%: Equador;

e) aderiram a três CAN's, 43%: Colômbia e Cuba;

f) apresentaram-se a dois CAN's, 29%: Bolívia, Costa Rica, El Salvador, México, Paraguai, Porto Rico, Venezuela;

g) a apenas um CAN, 14%, inscreveram-se pessoas da República Dominicana e da Guatemala.

Do ponto de vista da assiduidade dos países englobados em suas regiões, aos CAN's, separados por área de ocorrência, chegamos aos números abaixo:

Nos CAN's realizados no Cone Sul (1º, 2º, 3º, 4º), a região de países mais aderentes foram os do Cone Sul com 80% – a exceção do Paraguai ausente de dois CAN's, os demais países, estiveram 100% presentes –; os do Norte da América do Sul configuraram adesões na ordem de 44%; os países da América Central, Caribe e México contaram apenas com 2% de seus países inscritos.

Para o 7º CAN ocorrido no México, novamente os países do Cone Sul foram os com maior assiduidade, chegando a 60% de presenças; as nações do Norte da América do Sul contaram com 40 % de adesões; já os países da própria região da América Central, Caribe e México, contemplaram apenas 36% de países aderentes.

O 8º CAN organizado nos EUA, contou com o maior volume relativo de países registrados com alguma inscrição de número de seus nacionais. Aqui, o Norte da América do Sul, surpreendeu com 100% de adesões nacionais. Ele foi seguido pela América Central, Caribe e México, com 64% de seus países inscritos. O Cone Sul, por

sua vez, continuou com boa presença por país, contanto com algum inscrito de 60% dos países da região.

No 9º CAN, realizado na Venezuela, Norte da América do Sul, os países com maior presença foram os do Norte da América do Sul e os do Cone Sul, cada um com 40% de suas nações inscritas; a América Central, Caribe e México contou com apenas 16% de seus países com registro de inscrição.

Os EUA, como estamos o considerando como um país e uma “região”, ele teve adesão a 100% nesses CAN’s analisados.

Ou seja, com o cruzamento desses dados²⁶, percebe-se claramente o vigor de interesse e participação diferencial das pessoas das diferentes nações nesse processo dos CAN’s. E mesmo estes tendo abrangência continental, com razoável destaque, deu-se importância diferenciada entre cada país, à construção e usufruto desse espaço regional de problematização da infância.

Principalmente os países do Cone Sul, mais os EUA, de maneira secundária, os países do norte da América do Sul, e, residualmente, os países da América Central, Caribe e México, tiveram pesos variados nesse processo de construção e efetivação dos CAN’s, quando considerada essa variante do contingente de pessoas aderentes a cada um dos eventos.

Ao lado dessas inscrições de número individuais, havia ainda àquelas consideradas como sendo institucionais (ver Tabela 6). Elas, em algumas oportunidades, eram acompanhadas por suas respectivas delegações. Essa condição, nos parece, exigia uma manifestação explícita da instituição inscrevendo-se no CAN, e indicando expressamente seus delegados. Isso porque muitos dos inscritos de número individual eram ligados à instituições, mas nem sempre estas eram consideradas como “aderentes ao mesmo CAN”.

De toda a sorte, essas pessoas, seja ou não explicitamente, condensavam em si alguma representatividade social, e um potencial de reverberar em suas instituições, em seus trabalhos, em seus nichos de atuação social, os debates, as decisões, as idéias desenvolvidas no interior dos CAN’s, para além das estruturas governamentais, isso

²⁶ Se não houvesse a ausência de dados mais precisos a respeito dos inscritos de número do 5º e 6º CAN, realizados em Cuba e no Peru, provavelmente os números e dados relativos aos países do Norte da América do Sul, e à América Central, Caribe e México pudessem ser maiores, mas isso ainda assim não prejudicaria a primazia do Cone Sul e dos EUA nos eventos.

garantia aos CAN's, principalmente até o 7º, uma presença considerável de diferentes atores.

Vejamos então, como se configurou a participação das instituições ao longo dos CAN's, para os quais dispomos de dados (1º, 2º, 3º, 4º, 7º, 8º), no quadro abaixo:

Analisando os dados referentes a participação das instituições ao longo dos CAN's, tabulados (Tabela 6), tem-se um volume considerável de 385 adesões institucionais, e de 587 delegados representado-as. Aqui, também a predominância nessas duas variáveis, a exceção do 3º e do 8º CAN, é de cada país acolhedor do evento, representado uma média de 62%, contra 38% das demais nações²⁷.

Apesar de se ter uma quantidade razoável de instituições e delegados externos em cada CAN, a sua distribuição entre os diferentes países e em cada um dos CAN's não foi proporcional.

O 1º CAN, excluído a sede, recebeu 12 países com inscrições institucionais, com 7 deles indicando delegados. Já no 4º CAN, apenas 2 países realizaram tal inscrição e indicaram delegações. Fora desses dois extremos, em média os CAN's acolhiam entre 5 e 6 países com adesões institucionais e seus delegados.

A Argentina nesses critérios, novamente destacava-se. Pois foi o país com mais inscrições institucionais, um total de 78, e de seus delegados, aproximadamente 150. Na seqüência aparecia os EUA com 37 adesões institucionais, e 28 delegados. Depois constava o Chile e o Uruguai com 17 instituições aderentes cada, além de 13 e 1 delegados, respectivamente. O Peru e o Brasil apresentaram a inscrição de 7 organizações cada, com 7 e 4 delegados, respectivamente.

A maioria dos países, dez, registrou inscrições apenas em um ou dois CAN's. Outros quatro, não contabilizaram qualquer adesão. Os mais assíduos, nesses quesitos, foram o Uruguai e EUA, aderindo a cinco dos seis CAN's analisados. Depois aparecem a Argentina, o Chile e o Peru, aderente a quatro CAN's. Por fim, constam o Brasil e a Colômbia com inscrição em três CAN's.

Os CAN's acontecidos no cone sul, também aqueles com maior disponibilidade de dados para nossa análise, receberam um número maior de instituições, 80% do total,

²⁷ Nesses dados estamos contabilizando apenas o 1º, o 2º, o 4º, o 7º, com os seguintes números: 1º - 67% para o país sede, outros 33%; 2º - 34% sede, outros 66%; 4º - 67% sede, outros 33%, 7º - sede 79%, outros 21%. Os dados dos 3º e 8º CAN são estes: 3º - 1% sede, 99% outros; 8º - 100% outros. Se fossem levados em conta estes números, teríamos as seguintes médias: sedes 41%; outros 59%.

e de seus delegados, 71% do geral. O 7º CAN no México, por sua vez, contou com 16% das instituições e com um importante número de delegados, totalizado 27% do número global, o segundo maior neste quesito. O 8º CAN, nos EUA, teve somente 3% das instituições, e 1% dos delegados.

Congregando essas pessoas e instituições inscritas nos CAN's, pode se ter uma dimensão mínima da quantidade de grupos participando, nessa época, dos debates envolvendo a construção do mundo infantil na América Latina. A esse contingente, deve se estender um considerável número de indivíduos atingidos pela repercussão desses encontros, principalmente nos países sede, fomentando a circulação de idéias e experiências sobre a infância.

Ao envolver toda essa gama de pessoas e instituições, na organização CAN's, armava-se um espaço especial para efetiva apresentação de idéias e projetos sobre a infância latino-americana, dentro do qual os variados atores – delegados oficiais, representantes de instituições, e inscritos de número –, ao longo do desenrolar das atividades dos Congressos, exerciam papéis e poderes diferentes.

Através dessa multiplicidade de personagens envolvidos na realização dos CAN's, fomentava-se um ambiente de reflexão e avaliação sobre as múltiplas formas de atuar sobre a infância, ao mesmo tempo, com essa apropriação da complexidade crescente da vida social, se projetava novas iniciativas focando extensão da construção de um mundo para a infância.

A partir do 9º CAN com a mudança do seu perfil, passou-se a privilegiar o enfoque oficial e a potencialização de conseqüências práticas dos debates e conclusões dos CAN's, apesar dessa preocupação existir antes mesmo disso, ou mesmo ter sido uma preocupação constante dos “líderes” do movimento. Uma nova estrutura, predominantemente oficial, de atuação passaria a coordenar os trabalhos a frente dos CAN's, encerrando-se assim um importante período destes, quando ali se debateu e difundiu idéias para se construir o futuro da América. A partir do 9º, o foco seria como administrar o presente do universo infantil.